

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

6 abr 2017 | O Globo

MARIA EDUARDA GOUVÊA BERTO *Maria Eduarda Gouvêa Berto é secretária municipal de Fazenda do Rio*

Desafio fiscal para 2017

Diagnóstico da Fazenda mostra que houve uma frustração de R\$ 3,2 bilhões na receita total prevista

O primeiro ano de governo é sempre desafiador, pois sucede a exercícios em que tipicamente os gastos públicos tendem a se expandir. Um freio de arrumação se faz necessário para equilibrar as contas e, se possível, gerar superávits que suportem gastos com programas da nova gestão.

No município do Rio de Janeiro, em 2016, a despesa nominal com pessoal foi R\$ 1,8 bilhão superior a 2015, um aumento de quase cinco pontos percentuais no indicador de despesa de pessoal/receita corrente líquida, que atingiu o patamar de 49%. Naquele ano, a prefeitura assumiu dois hospitais estaduais, Rocha Faria e Albert Schweitzer, aumentando o custeio anual municipal em mais de R\$ 300 milhões. Além disso, foram abertas 36 Clínicas da Família e 91 escolas, cujo custeio por 12 meses não foi contemplado no orçamento para 2017.

Neste ano, somada a essa realidade, a Prefeitura do Rio e os demais governos municipais deparam-se com a frustração da arrecadação, dada a recessão nacional do último triênio. Nos últimos 12 meses, a queda de empregos formais no país foi de 1,1 milhão (Caged). No estado e na cidade do Rio, o fechamento de vagas de trabalho com carteira assinada foi de, respectivamente, 223 mil e 129 mil. O caso carioca é mais crítico, já que em 2016 foram encerrados projetos relacionados às Olimpíadas; a Petrobras reduziu investimentos, e o estado diminuiu fortemente sua participação na economia.

Mas, não se pode deixar que o ambiente de crise produza uma névoa paralisante que impeça a visão acurada dos problemas e soluções. A agenda está tomada de emergências, mas quando se tem clareza dos objetivos, das dificuldades e dos riscos é mais fácil nos prepararmos para avançar.

A Fazenda fez um diagnóstico do desafio fiscal para 2017, uma frustração de pelo menos R\$ 3,2 bilhões na receita total prevista, sem contar os restos a pagar de R\$ 300 milhões. Um plano de ação foi montado, e as medidas de controle rigoroso de gastos já vêm sendo implementadas. A economia esperada com o corte das despesas até agora é de R\$ 700 milhões, focada na redução de gastos contratuais administrativos (taxa de administração, remuneração variável e reajustes), otimização de serviços de apoio, redução de despesas administrativas (materiais de consumo, aluguéis, viagens) e combate ao desperdício (consumo de água e luz). Houve também o contingenciamento de investimentos, sendo liberados recursos apenas para obras prioritárias. Foi feito um esforço de corte de pessoal: o número de secretarias caiu de 28 para 11, sendo suprimidos ainda cargos de confiança e encargos especiais, com uma economia que pode passar de R\$ 100 milhões em 2017. Há ainda estudos voltados para ações de inteligência fiscal, cobrança de dívida tributária e operação de securitização de dívida ativa, entre outras iniciativas.

Cada avanço depende da construção de alianças e consensos, em prol de um governo eficiente que garanta a solidez das contas públicas e a geração de resultados para a sociedade.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)